

**A Politologia Da Ciência Política.
SCHMITTER, P.; BLECHER, M.
(2020), Politics as a Science: a
prolegomenon. Taylor & Francis.**

Renato Victor Lira Brito - Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal de Campina Grande

Victor Matheus de Santana Santos - Universidade Federal de Pernambuco

Ana Cristina Cordeiro da Fonseca - Universidade Federal de Pernambuco

1. Resenha

Em “Politics as a Science: a prolegomenon”, Philippe Schmitter e Marc Blecher dissecam o corpus que constitui a disciplina apropriadamente definida como Politologia.

Ambos os pesquisadores desfrutaram de carreiras sólidas como cientistas políticos, ou politólogos, com raízes acadêmicas na Universidade de Chicago. No entanto, seguiram trajetórias diferentes: enquanto Schmitter atualmente é professor emérito do European University Institute, especializando-se em integração regional e regimes políticos; Blecher continua nos Estados Unidos, lecionando no Oberlin College, especializando-se em estudos asiáticos. Tais autores também diferem no sentido da terminologia proposta pelo filósofo letão Isaiah Berlin (2013), entre os tipos raposa e ouriço de intelectual. Enquanto Schmitter representa a raposa, estando a sua produção distribuída entre as mais diversas áreas e interseções, Blecher possui uma contribuição mais concentrada em um campo específico, o que denota a sua qualidade de ouriço.

Essas características convergem na discussão sobre a termodinâmica da Política. Dessa forma, Schmitter e Blecher - a partir de então chamados de “os autores”, com os seus arcabouços teórico-metodológicos transversais, se apresentam como dois polos em busca do equilíbrio lastreado no conhecimento científico relevante. A resultante, avaliam, é uma estratégia que dialoga com ambas as naturezas - unifocal e multifocal - dos cientistas.

Para tanto, o primeiro esmero conceitual abrange o Poder, tratado, então, como a habilidade do indivíduo de fazer as suas preferências serem atingidas em detrimento das escolhas dos demais, o que por vezes implica em conseguir que os demais ajam de forma tida como subótima ou onerosa entre eles. A submissão do outro pode acontecer sob a ameaça da coerção ou ser conquistada de maneira mais sutil, baseada no convencimento e na persuasão.

A partir do pressuposto do conflito como algo inerente às relações humanas em contextos de escassez e assimetria, o comportamento humano é apresentado - de maneira figurada - como um dissidente das duas primeiras leis da

termodinâmica. Circunscritos nesse âmbito, os agentes políticos não têm como manter-se em um sistema fechado sem a sujeição a fatores exógenos, que frequentemente provocam mudanças. Por sua vez, o próprio sistema que os arregimenta é intrinsecamente entrópico, o que reforça a volatilidade das relações de poder: todo equilíbrio alcançado é circunstancial e fadado à desordem.

A dinâmica da Política envolve - em um modelo minimalista - dois tipos de atores, os conservadores e os progressistas. Enquanto os primeiros intencionalmente mantêm a ordem que lhes beneficia, os últimos demandam reformas que diminuam a desigualdade na distribuição dos bens coletivos.

Essa interação se mostra mais problemática quando é observado que os agentes se comunicam através de uma língua específica. Desde os primórdios, os seres humanos têm se utilizado do advento da linguagem para se comunicar. Os autores destacam como a comunicação pode ser usada como meio de coerção e convencimento no meio político. Dessa forma, o idioma compartilhado necessariamente reflete aspectos culturais da sociedade e pode reproduzir disparidades entre os grupos. Diante disso, os políticos usufruem estrategicamente da linguagem para atingir as suas metas e proporcionar cenários onde a assimetria informacional lhes dê vantagem.

Dentro dessa perspectiva, diferentemente das ciências exatas, o objeto de estudo da Ciência Política traz consigo dois problemas centrais que afetam a possibilidade de causalção: a) a equifinalidade, que implica em condições “X”, “W” ou “Y” produzindo paralelamente um único resultado “Z”; e b) a polifinalidade, que ocorre quando o fator “M” pode gerar desfechos “R”, “S” ou “T”.

Para além disso, as unidades - e os níveis - de análise na área não são homólogas nem simétricas. Ao contrário das leis da física e da fácil distinção entre os tipos de partículas e de átomos na química molecular, os indivíduos, enquanto agentes políticos, variam consideravelmente. Esses últimos não podem ser entendidos como predeterminados pelas suas características e pelo ambiente em que habitam, já que, nesse caso, o todo é qualitativamente diferente do agregado

das partes. Cada agente político é refratário ao contexto, o que torna a comparação difícil.

De acordo com os autores, o campo da Politologia busca precipuamente gerar inferências sobre duas dimensões da Política. A primeira, do tipo normal, engloba as instituições, as regras do jogo e os padrões de atividades em que a política é exercida. Já a segunda é a do tipo anormal, justamente porque tais arranjos supramencionados são ausentes ou incipientes, o que demanda uma nova organização realizada nessa arena contingencial.

Analogamente, os elementos explicativos mobilizados na obra remontam aos microfundamentos de Nicolau Maquiavel (2010). Segundo o filósofo florentino, são três os conceitos que condicionam o fenômeno político, a Necessità, a Virtù e a Fortuna. Para a sina de gerenciar riscos em meio à ameaça da coerção, ao choque de ambições e ao quadro de escassez de recursos, é dado o nome de Necessità. A Fortuna, por sua vez, é avaliada como a casualidade de que eventos imprevisíveis aconteçam. Diante desse contexto, o exercício da Virtù consiste na habilidade - dos líderes - de assimilar a realidade e utilizar as informações e os recursos apreendidos para garantir a ordem.

Quanto à fundamentação teórica, os autores argumentam que ela deve estar alicerçada em uma lógica apriorística e positiva. A normatividade, nesse âmbito, perde lugar na Politologia, que se alinha a uma visão mais realista no seu *modus operandi*. Além disso, os conceitos no fazer científico podem ser classificados como genótipos ou fenótipos. Os primeiros têm a ver com o funcionamento - isolado - da Política, enquanto os últimos são gerados a partir da dinâmica entre a disciplina e o pesquisador.

Nessa discussão, os agentes políticos surgem como objetos de estudo distintos dos tipos analisados em outras ciências: eles são também sujeitos e produzem refração. As suas ações são influenciadas pelo passado e tendem a se repetir e implicar em tradições. Elas consistem, primordialmente, em: a) enfatizar o seu ponto de vista para modificar o resultado; b) aceitar as decisões dos outros como legítimas; c) sair da agência, recusando o conjunto de normas vigentes;

ou d) resignar-se não por concordância, mas por falta de opções.

As interações ocorrem em estruturas como partidos, grupos de interesse, movimentos sociais e na sociedade civil como um todo. Outro fator central na organização política são as clivagens, que oferecem aos atores a identidade como uma forma de categorizar a sua visão de mundo e o seu posicionamento. No entanto, essa tendência desagregadora é contrabalanceada com a busca da justa medida - e do eleitor mediano - nos processos decisórios, o que evita excessos.

Por sua vez, o regime de uma unidade territorial em determinado tempo pode ser ordenado de acordo com: a) o respeito às regras do jogo por parte do Estado - *rule of law*; e b) o estabelecimento de um período exato para a gestão. A partir dessa divisão, os autores separam democracias de autocracias, também mencionando termos mais recentes que visam capturar melhor as peculiaridades dos regimes políticos atuais e suas categorias transicionais, como *dictablandas* e *democraduras*.

À vista da natureza entrópica da Política, uma das suas consequências primárias é a busca dos governantes pela ordem. Eles constituem instituições e normas intencionando domesticar o poder e tornar os sistemas resilientes ao stress das mudanças frequentes, incentivando a confiança. Ao longo dos processos históricos, culminou-se no modelo em que o Estado é o único ente que detém o monopólio legítimo do uso da força

A distribuição dos bens materiais também varia politicamente. Em democracias, os cidadãos têm mais ferramentas para reivindicar contrapesos redistributivos, enquanto em autocracias é comum a repressão dos inconformados. Os governos apresentam como produto das suas clivagens o reconhecimento das diferenças pautadas substancialmente na nacionalidade. O status distintivo entre os sujeitos dentro de uma nação é, assim, uma problemática das relações sociais.

No decorrer da persecução da ordem, os Estados precisam lidar com as possíveis externalidades resultantes das suas ações. Elas podem ser positivas, no caso de

implicarem em retornos sem a ameaça da violência ou outras punições, ou negativas, se porventura são contestadas pelos demais e há risco de reação com perdas significativas. No seu turno, o ambiente anárquico das Relações Internacionais demanda regimes supranacionais para a arbitragem entre os países, de modo a se distanciar da dimensão normal e se aproximar da anormal, havendo, então, a formulação de regras e instituições como uma maneira de emular a previsibilidade e o equilíbrio em busca de uma estrutura legítima.

Os autores também explanam conceitos centrais para a Politologia no decorrer da obra. Como legitimidade, é entendida a expectativa de que os governados voluntariamente aceitam as decisões dos líderes, uma vez que ambos acreditam que as regras que perpassam esse vínculo estão sendo respeitadas. Por outro lado, em termos de mensuração, é mais plausível identificar se a prática do poder político é legítima através do contrafactual da reação dos cidadãos, ou o que esses últimos fariam se não estivessem em conformidade com o governante.

Schmitter e Blecher destacam, ainda, o papel e os objetivos da Politologia enquanto área do conhecimento. Lidando comumente com o desafio de explicar de maneira válida fenômenos complexos, a Ciência Política figura como prima entre as humanidades. O núcleo duro da Politologia, argumentam os autores, está situado em três pressupostos: a) o ser humano é inerentemente político; b) o poder é difícil de ser mensurado, e isso faz com que as suas relações sejam pouco previsíveis; e c) em meio à incerteza, padrões de comportamento entre os agentes devem ser reconhecidos, de modo a garantir a comparabilidade e cientificidade.

A trajetória histórica do estudo da Política permeia as principais civilizações já existentes. O debate atual, no entanto, é fruto da profissionalização dos pesquisadores e do estabelecimento do seu campo disciplinar. A produção científica contemporânea, por sua vez, possui três qualidades: é empírica, positiva e neutra.

Enquanto preocupada com a neutralidade, o distanciamento das suas raízes teóricas e no tratamento do observável, a Ciência Política - segundo os autores - se aliena das

potencialidades que estruturam o exercício da Politologia. As bases ideológicas e a influência do liberalismo na concepção dos profissionais reforçam a normatividade oculta no fazer científico das últimas gerações. Nesse sentido, os autores desaprovam o fato de que a Politologia se distanciou da teoria nas últimas décadas e exortam um retorno à produção teórica. De certo modo, pode-se entender o próprio livro como uma forma de trazer a estrutura da teoria política e seus conceitos-chave de volta ao centro da análise, um primeiro passo do entusiasmo posto em voga por quem o escreveu.

No que concerne aos métodos, os cientistas são categorizados, principalmente, como realistas ou idealistas. Enquanto os últimos estão fadados a áreas remotas como a história das ideias e a teoria política, os primeiros detêm um amplo leque de ferramentas metodológicas. As duas culturas vigentes são: a) a quantitativa, que preza pela parcimônia e testa os efeitos médios de variáveis independentes sobre o resultado; e b) a qualitativa, pautada no aprofundamento da análise, na intenção de identificar as causas de um fenômeno explicado.

A produção científica ideal é lastreada em algumas etapas que configuram o desenho de pesquisa. A primeira é a transformação de uma ideia ou assunto em um tema abordado a partir de puzzles. A segunda consiste na conceituação, processo onde as teorias mobilizadas são transformadas em variáveis tangíveis. A terceira parte agrega a formulação de hipóteses de relações entre as condições avaliadas e tem como pressuposição nula os valores alcançados serem explicados pelo acaso.

Já o quarto estágio representa a seleção de casos, que pode ocorrer sob lógica quantitativa - através de amostra Large N -, ou qualitativa - utilizando um ou um pequeno conjunto de unidades. As duas culturas se posicionam em um continuum onde os extremos são a generalização e o aprofundamento. O nível seguinte do ciclo envolve a operacionalização e a mensuração das variáveis de forma a obter as validades interna e externa do estudo. Na próxima fase, o teste de associação é realizado e são observados os padrões estatisticamente significantes. A partir dos resultados,

avalia-se as possibilidades de gerar inferências causais de forma parcimoniosa.

No seu turno, os desenhos de pesquisa devem estar orientados para o desafio - e também propósito - da Politologia de sobreviver e se adaptar às mudanças nas dinâmicas do Poder. Os autores abordam a transitoriedade dos regimes e o histórico de descontinuidades cíclicas para ressaltar a necessidade de adequação da produção científica à incerteza e à complexidade que caracterizam o campo disciplinar da Ciência Política.

À guisa de conclusão, Philippe Schmitter e Marc Blecher esquematizam os principais conceitos e relações mobilizados na obra, tendo como estrutura as definições supramencionadas propostas por Nicolau Maquiavel (2010), assim como os conceitos de inputs, throughputs e outputs, de David Easton (2017). É reforçado, por último, o papel da história, da prescrição normativa e da projeção de cenários na Politologia, que são assuntos considerados como lacunas e oportunidades de gerar conhecimento relevante e promover transformações positivas na realidade.

O livro “Politics as a Science: a Prolegomenon” figura como expoente para diferentes tipos de públicos. Ele pode servir de introdução ao mundo da Politologia para aqueles iniciantes ou aspirantes na área, apresentando conceitos-chave e autores importantes para a disciplina. Por outro lado, a sua leitura também é útil para aqueles já inseridos no estudo profissional do campo, sobretudo para os que, seja por convicção ou por trajetória acadêmica, optaram por priorizar outras áreas de estudo que não a teoria política. Até mesmo para os próprios teóricos a leitura é profícua, pois o livro incita reflexões e críticas à forma como se tem estudado e analisado a política no meio acadêmico.

Cabe ressaltar, por fim, que a utilização exaustiva de notas de rodapé na obra gera instabilidade no ritmo de leitura, dificultando a apreensão do conhecimento e ofuscando o exemplar esforço de sistematização e de precisão conceitual mobilizado pelos autores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERLIN, I. (2013). *The Hedgehog and the Fox: an essay on Tolstoy's view of history*. Princeton University Press.

EASTON, D. (2017), (A systems analysis of political life), in A. J. Gregory (org.), *Systems Research for Behavioral Science systems Research*. Routledge.

MAQUIAVEL, N. (2010), *O Príncipe*. Companhia das Letras.

SCHMITTER, P.; BLECHER, M. (2020), *Politics as a Science: a prolegomenon*. Taylor & Francis.
